

PLENÁRIO

Debate esquentado esta noite com reforma agrária

Indicado pela liderança do PMDB na Constituinte, o senador Severo Gomes (SP), que foi o relator da Comissão da Ordem Econômica, será o orador oficial do partido na sessão extraordinária, prevista para hoje à noite, no plenário da Constituinte, quando os parlamentares voltarão a debater um dos temas mais polêmicos do anteprojeto da Nova Carta: a reforma agrária. Nas galerias da Câmara dos Deputados, 438 lugares estão sendo disputados pelos simpatizantes dos trabalhadores rurais (Contag) e dos proprietários rurais (UDR). As senhas já foram distribuídas entre os partidos, seguindo o critério da proporcionalidade.

Além de Severo Gomes, falarão também pelo PMDB os deputados Gonzaga Patriota (PE) e José Dutra (AM), nomes sorteados na última segunda-feira pela liderança do partido. No entanto, será no pronunciamento do senador paulista que a ala mais progressista do PMDB, liderada pelo senador Mário Covas, transmitirá sua posição oficial sobre a reforma agrária. A tônica do discurso será a da negociação, segundo revelou Severo Gomes, "a fim de evitar o acirramento das posições dentro do PMDB", que tem no deputado Roberto Cardoso Alves (SP) um dos principais opositores a uma política fundiária vanguardista.

Mesmo usando de cautela, o senador Severo Gomes pretende reafirmar todos os princípios defendidos pelo relator da subcomissão da Reforma Agrária, depu-

tado Oswaldo Lima Filho (PE), cujo anteprojeto foi reduzido a apenas três artigos pelos constituintes conservadores durante a votação, em abril passado. Além de defender a fixação de um limite para as propriedades rurais produtivas, o pronunciamento do senador paulista vai tocar num outro assunto também polêmico: a imissão imediata na posse da terra desapropriada pela União.

Cada orador terá vinte minutos para expor suas idéias e a expectativa é que o Plenário da Constituinte terá uma sessão movimentada. Os constituintes conservadores também estão preparando pronunciamentos contendo posições diametralmente opostas às teses defendidas pelos parlamentares progressistas. Os representantes dos partidos de esquerda já inscritos são: PC do B, deputado Aldo Arantes (GO); PCB, deputado Fernando Santana (BA); PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP) e PDT, deputado Amaury Muller (RS). Esses constituintes, identificados diretamente com as reivindicações dos trabalhadores rurais, farão discursos em defesa de uma política de reforma agrária, preconizando que cada propriedade rural tem que cumprir uma obrigação social.

O ex-ministro da Agricultura do governo Geisel, deputado Alysson Paulinelli (MG) falará pelo PFL; deputado Roberto Jefferson, pelo PTB; deputado Oswaldo Almeida pelo PL e deputado Gerson Peres pelo PDS.

Divisão de estados foi discussão amena

A segunda sessão extraordinária convocada para debater um tema específico — Estados, União e Municípios — começou pontualmente, às 18h45min, mas com plenário visivelmente mais vazio do que no dia anterior. O deputado Ruy Nedel (PMDB-RS) chegou a pedir verificação de quorum após a fala do primeiro orador, João Cunha (PMDB-SP), mas abriu mão logo no início da chamada, por achar que já haviam mais de 57 constituintes no plenário.

Sorteado para falar no horário reservado ao seu partido, João Cunha preferiu garantir ontem a oportunidade de falar sobre a dívida externa do que correr o risco de não ter a mesma sorte na próxima terça-feira, dia reservado para a discussão sobre economia.

João Cunha criticou o deputado Ulysses Guimarães por haver "engavetado" o projeto que ele apresentara propondo a realização de uma auditoria para examinar a dívida externa. Depois de traçar um quadro dramático da economia do País, o deputado justificou-se por estar fugindo do tema da sessão.

— Imaginem o que vem por aí e temos que ficar debatendo a questão dos Estados, União e Municípios. Mas não me furto a discutir. Tivemos grandes avanços em relação às Constituições de 69 e 46 — concluiu João Cunha.

O orador seguinte, Generaldo Correia (PMDB-BA), criticou a proposta de divisão do estado da Bahia e foi apoiado em inúmeros apartes de outros parlamentares baianos. O deputado Celso Dourado (PMDB-BA) considerou a proposta uma "agressão contra nossa baianidade" e Haroldo de Lima (PC do B — BA) afirmou que achava "muito estranho" deixar de ser deputado da Bahia para passar a representar

uma das duas novas metades do Estado.

O deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), autor da proposta para a criação do Estado de Santa Cruz ao sul da Bahia, defendeu sua tese afirmando que 80 por cento da população é favorável à divisão da Bahia e, no entusiasmo do discurso, acabou por ofender seus conterrâneos. "Os deputados que são contrários não conhecem o Estado, só vão lá caçar votos.

A redivisão territorial não é tema exclusivo quando se discutem os estados brasileiros. Ganhou alguma força ao ser encampada pelo líder da PTB, Gastone Righi, a tese do deputado Raul Ferraz (PMDB-BA), que há 12 anos vem defendendo a extinção dos estados e anualmente apresenta um projeto sobre o tema. Ferraz considera que os estados no Brasil servem muito à politicagem, pela barganha de verbas, e pouco ao povo. O embasamento da proposta encaminhada à Sistematização por Righi é bem semelhante à argumentação de Ferraz. Mas o líder da PTB propõe a divisão do País em regiões, enquanto o deputado baiano deseja que estes se agrupem em departamentos.

Righi defendeu sua proposta, salientando que temos em cada estado "um País incrustado no Brasil". Ferraz apresentou sugestão para a extinção dos estados à Subcomissão dos Municípios e Regiões, logo no início dos trabalhos. Tentou de novo na Comissão da Organização do Estado, fase seguinte. Como sempre reconhecera não ter chances de ver sua proposta aprovada, mudou de estratégia quando a Constituinte chegou à fase de sistematização: apresentou agora emenda supressiva excluindo a palavra "indissolúvel", do artigo que define a organização do País.

Cunha defende a monarquia

Um sistema de Governo em que o chefe de Estado reina, mas não governa, à semelhança do que acontece na Suécia, Dinamarca, Japão, Espanha, Inglaterra, Holanda, Áustria e outros países. Esta é a alternativa do deputado Cunha Bueno (PDS/SP), 38 anos, para a questão que vem sendo debatida com maior intensidade desde a tarde de terça-feira. Adepto da monarquia, com sugestão apresentada na primeira etapa dos trabalhos da Constituinte, o pedessista reiterou sua opção na sessão de ontem da Assembleia, sendo ofuscado mais tarde pelas tendências majoritárias do parlamentarismo e do presidencialismo.

O sistema de Governo ideal para o Brasil ainda está indefinido, mas se depender dos deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Paulo Pimentel (PFL-PR) o País continua sob o regi-

me presidencialista. Eles defenderam este sistema no horário destinado ao debate do Projeto de Constituição, gerando uma série de apartes até ontem inédita nas sessões vespertinas da Constituinte.

Ao contrário dos que consideram que a tradição brasileira tende mais para o parlamentarismo ou para o presidencialismo, Cunha Bueno acredita que somos tradicionalmente monárquicos. Para ele, os 98 anos da República serviram para mostrar erros, desacertos, exílios, golpes e contra-golpes. "Durante todo este período, somente dois presidentes conseguiram terminar seus mandatos sem usar de artifícios, como estado de sítio, golpes e outros. Se só Campos Sales e Juscelino Kubitschek conseguiram isso, está provada a falência total da estrutura republicana", argumentou para o plenário.